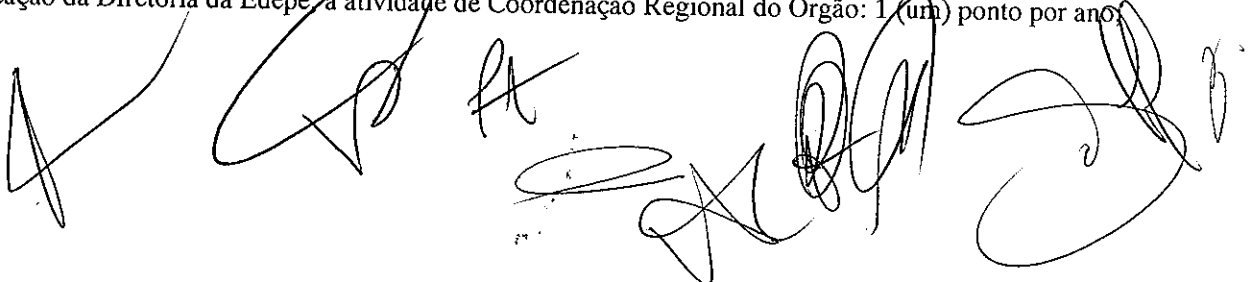


ATA DA 271ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2010/2012

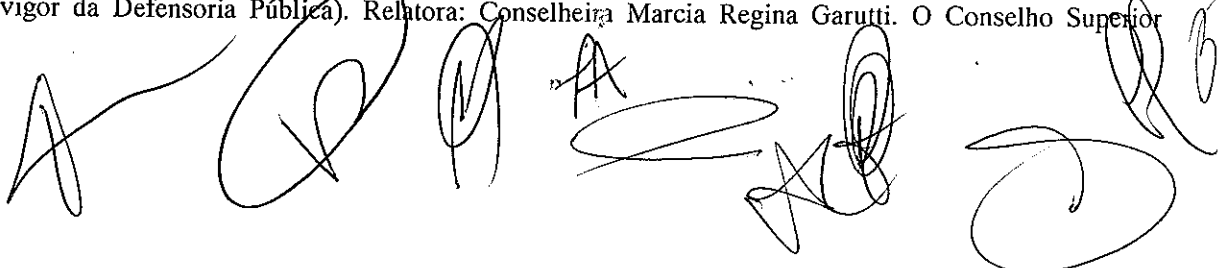
Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano dois mil e doze, na sala de reuniões do Edifício Sede, situado na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Primeiro Subdefensor Público-Geral do Estado, Davi Eduardo Depiné Filho. Presentes os (as) Conselheiros (as): José Moacyr Doretto Nascimento, Octavio Ginez de Almeida Bueno, Franciane de Fátima Marques, Antonio José Maffezoli Leite, Luis Cesar Rossi Francisco, Marcia Regina Garutti, Denise Nakano Veronezi, Fabiana Botelho Zapata, Juliana Garcia Belloque, Pedro Antonio de Avellar, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, e, representando a Apadep, Rafael Moraes Português. Ausente justificadamente o Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. Deu-se início a sessão às 09h40. O presidente encaminhou para aprovação as atas da 268ª, 269ª e 270ª. Aprovado por unanimidade. O Presidente justificou a ausência da Defensora Pública Geral por participar de reuniões em Brasília para tratar de assuntos de interesse da instituição. Informou o colhimento de assinaturas para o pedido "Amicus Curiae" na ADI 4608, protocolizado junto ao STF. Relatou a reunião da Defensora Pública Geral em visita à Liberdade para transmitir informações sobre o contexto político atual da instituição, sendo acompanhada pela Segunda Subdefensora Pública-Geral, Denise Nakano Veronezi, e da Assessora Especial, Natalia da Costa Nora. Informou o início dos trabalhos da empresa Avape no projeto de agendamento telefônico na Unidade de Guarulhos. Mencionou as dificuldades encontradas no projeto piloto da Central de Relacionamento com o Cidadão – CRC, onde os estagiários realizavam o atendimento telefônico inicial, mas a alta rotatividade e a falta de infra-estrutura dificultaram a continuidade do plano, no entanto o escopo foi alcançado na eliminação das longas filas que se formavam na regional. A Conselheira Franciane Marques indagou sobre qual a diferença do CRC do Rio de Janeiro, que serviu de modelo ao projeto desenhado para a Defensoria de São Paulo. O Presidente refletiu que a estrutura atual da Defensoria não comporta a implantação deste modelo e informou que a diferença entre os Estados é o elevado número de recursos humanos com carga horária variada, além da dedicação exclusiva à área. Mostrou preocupação com a Regional de Campinas pelas filas diárias que se formam na unidade e identificou que um dos problemas está na instalação da unidade dentro da cidade Judiciária, o que não atende a necessidade da demanda em razão da limitação mais rígida de horários de acesso ao público. Informou a possibilidade de aplicar o atendimento telefônico, nos moldes do sistema implantado na Unidade de Guarulhos, ressaltando que essa medida já vinha sendo estudada desde o início do contato com a empresa contratada, e lamentou a falha da administração em solucionar a questão de forma mais ágil e que agora busca minimizar os problemas, citando também a possibilidade de mudança da triagem para a futura unidade de Vila Mimososa. Não havendo mais comunicações da presidência, passou-se às comunicações da secretaria. Justificou a ausência do Conselheiro Bruno Diaz Napolitano e informou o envio do Ofício CSDP 033/12 à Edepe para envio de manifestação ao processo CSDP 1129/09, conforme solicitado pela presidência na última sessão. O presidente franqueou a palavra aos Conselheiros sobre assuntos diversos. A Conselheira Franciane Marques ponderou, no caso da unidade de Campinas, que a Administração Superior deve pensar em formas de aproximar a gestão da instituição e os Defensores que atuam nas unidades, envolvendo a realidade de cada unidade para posteriormente buscar soluções. O Presidente informou a continuidade do diálogo aberto. Citou o exemplo do SIA, elaborado com a participação de diversos Defensores, porém na execução houve alguns problemas devido à complexidade do sistema. Ressaltou, contudo, que o necessário aperfeiçoamento está sendo buscado através do "Defensoria Online", que irá simplificar o uso do Sistema Integrado de Atendimento. O representante da Apadep, Rafael Português concordou com a Conselheira Franciane e defendeu a participação das Regionais em decisões que as afetem mesmo que isso implique maior responsabilidade. Mencionou a necessidade de melhorias a serem realizadas no SIA. O Conselheiro José Moacyr criticou a falta de continuidade de projetos pela Administração Superior e afirmou a distância entre a gestão e as unidades e apontou o SIA como exemplo de desconhecimento da realidade de trabalho e comparou com outras repartições públicas. O Presidente afirmou que nenhuma decisão a respeito de uma peculiaridade local foi

tomada sem ouvir os Defensores da respectiva unidade. Ponderou a respeito da crescente demanda que a Defensoria enfrenta e sustentou a necessidade de incremento do quadro de defensores e servidores como uma das soluções, sem prejuízo da contínua busca pelo aprimoramento das condições de trabalho e atendimento. O Representante Rafael Português sugeriu a descentralização da administração, delegando a atribuição ao Coordenador da Regional para compartilhar as dificuldades. O Conselheiro José Moacyr ponderou o acúmulo de trabalho e responsabilidade pela função de Coordenador, tornando apáticos no diálogo. O Conselheiro Pedro Avellar elogiou o reconhecimento de falhas pela Administração e relatou em relação ao SIA uma tentativa de melhorar o atendimento, mas que gerou poucos resultados na Regional de Araçatuba. O Presidente refletiu ser produtivo criar canais de comunicação e debate entre a Administração e os Defensores, o que ajudaria a fortalecer a idéia de que o Defensor é a própria instituição. O Conselheiro Antonio Maffezoli pensou em treinamento continuado para aos novos Defensores Públicos, e sugeriu a formação de grupos de discussões mensais, entre os Defensores em estágio probatório e a administração, a fim de debater as peculiaridades de suas atividades. A Conselheira Franciane Marques se colocou a disposição para debater a melhor forma de aprimorar a gestão da Defensoria Pública, ampliando a sensação de pertencimento entre os Defensores Públicos. A Ouvidora Luciana Zaffalon informou o envio de proposta à Administração Superior anterior de uma parceria entre a Defensoria Pública com o Centro de Estudos de Administração Pública e Gestão da FGV, sobre experiências em Gestão Pública. Levou novamente a sugestão e mostrou a importância e benefícios caso a parceria aconteça. O Representante Rafael Português sugeriu a criação de grupo de Coordenadores para discutir e levar os problemas encontrados ao Conselho. O Presidente sugeriu um fórum de discussões, mas que a participação não fosse obrigatória. Não havendo mais manifestações dos Conselheiros, passou-se a ordem do dia. CSDP nº 483/10. Interessado: Wladimir Alves Bitencourt. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 25/06 (que regulamenta o Concurso de Promoção na Carreira de Defensor Público). Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselheiro Octavio Ginez explicou a composição da proposta da comissão no Grupo II e justificou que os Defensores conseguem a pontuação neste grupo, porque muitas pessoas escrevem artigos, estudos e pareceres, em número superior àqueles que cursam mestrados e doutorados (grupo I). O Conselheiro Antonio Maffezoli sugeriu reunir os Grupos II e III, tendo como objetivo a difusão do conhecimento, porém a idéia não foi aceita porque diminuiria a quantidade de pontos possíveis de serem alcançados. O Conselheiro Octavio Ginez levantou a questão de pontuação na participação de Defensores junto aos Núcleos e discutiu se a pontuação menor diminuiria a quantidade de membros. A Conselheira Franciane Marques levantou a questão de como pontuar caso o Defensor preencha a vaga de suplente. A Conselheira Marcia ponderou que o Defensor que atuar em outro Núcleo leva consigo a quantidade de meses, podendo somá-la para atingir a quantidade prevista na deliberação. O Conselheiro Luis Cesar entendeu que a pontuação, deve ser uma recompensa ao Defensor que participa das atividades dos Núcleos Especializado. Aprovou-se, por unanimidade, alterar a pontuação para 1,0 (um) ponto por ano. Discutiu-se, em seguida, a relação das conferências e pré-conferências. Aprovou-se, por unanimidade, a necessidade de que o Defensor Público participante da Conferência Estadual, para fazer jus ao 0,5 (meio) ponto adicional, tenha participado ativamente da pré-conferência do mesmo ciclo. Discutiu-se a pontuação das palestras em educação em direitos. A Conselheira Juliana sugeriu que a Edepe precisa estar envolvida nas atividades realizadas. Aprovado por unanimidade. Por fim, ficou aprovado o seguinte texto do Grupo IV: a) prêmio obtido em decorrência da atividade como Defensor Público e concedido por instituição ou órgão público ou entidade privada de reconhecida idoneidade: 2 (dois) pontos se recebido por atividade individual e 1 (um) ponto se coletiva. b) participação em Núcleo Especializado da Defensoria Pública: 1 (um) ponto por ano de atuação; c) participação em Pré-Encontro Estadual de Defensores Públicos: 1 (um) ponto, limitado a uma atividade por ano; d) participação em Encontro Estadual de Defensores Públicos: 1 (um) pontos; e) participação na organização de Pré-Conferência: 1 (um) ponto; mediante certificação da Comissão Organizadora Estadual. f) participação em Conferência Estadual da Defensoria Pública: 0,5 (meio) ponto, desde que tenha participado de Pré-Conferência do mesmo ciclo. g) Desempenhar, de forma satisfatória, mediante certificação da Diretoria da Edepe, a atividade de Coordenação Regional do Órgão: 1 (um) ponto por ano.



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with initials like 'St' and 'J'.

h) Integrar a Comissão de Acompanhamento do Estágio Probatório instituída pela Corregedoria Geral da Defensoria Pública: 1 (um) ponto por ano; i) Participar em outras atividades definidas como extraordinárias pelos órgãos da Administração Superior ou pela EDEPE – Escola da Defensoria Pública, podendo estas ser sugeridas por qualquer Defensor Público, pelas Defensorias Públicas Regionais do Interior e da Capital e sua Região Metropolitana, ou por qualquer cidadão ou entidade: até 1 (um) ponto por ano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão, a partir do Grupo III. CSDP nº 355/11. Interessado: José Moacyr Doretto Nascimento. Assunto: Proposta de regulamentação das vantagens pecuniárias por tempo de serviço. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Representante da Apadep leu o voto vista no sentido de acoplar a proposta do proponente ao processo de alteração da Lei 988/06. O Conselheiro José Moacyr criticou a manifestação da Apadep por coincidir com a posição da Administração. O Representante Rafael Português enfatizou razões políticas e estratégicas para a conclusão da manifestação, no sentido de retirar o processo da pauta. A Conselheira Juliana Belloque opinou em não acolher integralmente a proposta. A Conselheira Fabiana Zapata manifestou a intenção de vista dos autos. Concedida Vista Coletiva, com antecipação de voto a Conselheira Juliana Garcia Belloque. CSDP nº 281/11. Interessado: Grupo de planejamento para regulamentar as visitas em estabelecimentos prisionais. Assunto: Proposta de Deliberação que cria a função de Coordenador de Assistência a Presos Provisórios, e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Antonio Jose Maffezoli Leite. A Ouvidora Luciana Zaffalon manifestou o desejo de vista do processo para fornecer parecer. Concedida Vista Coletiva por duas sessões ordinárias. CGDP CAEP nº 039/11. Interessado: Guilherme Diniz Barbosa. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Denise Nakano Veronezi. CGDP CAEP nº 039/11. Interessado: Guilherme Diniz Barbosa. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Denise Nakano Veronezi. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 006/10. Interessada: Ariane Carolino de Padua Paschoal. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Juliana Garcia Belloque. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 076/11. Interessada: Tatiana Mendes Simões Soares. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 004/10. Interessado: Douglas Tadashi Magami. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 014/10. Interessada: Mariana Pagano Gil. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 011/10. Interessado: Rafael Folador Strano. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Juliana Garcia Belloque. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CSDP nº 334/11. Interessados: Ouvidoria Geral da Defensoria Pública e Coordenador do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Assunto: Proposta de Deliberação para a regulamentação de atendimento diferenciado voltado a pessoas idosas, com deficiência e transtorno global de desenvolvimento nas unidades da Defensoria Pública. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP 354/11. Interessados: Ouvidoria-Geral e Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 89/08(que versa sobre os critérios de atendimento em vigor da Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP 007/12. Interessados: Ouvidoria-Geral e Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 85/08(que versa sobre os critérios de atendimento em vigor da Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a large, stylized signature that appears to be 'A', followed by a signature that looks like 'P', then a signature that looks like 'M', a signature that looks like 'A', a signature that looks like 'S', and finally a large, circular signature that looks like 'B'. There are also some smaller, less distinct marks and scribbles scattered around these main signatures.

DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 1129/09. Interessado: Corregedor-Geral. Assunto: Proposta de rotina à carreira, nos termos do artigo 31, inciso XX, da Lei Complementar Estadual nº 988/06. Relatora: Conselheira Juliana Garcia Belloque. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/11. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de formação de Grupo de Trabalho para estudo de questões atinentes à remuneração dos Servidores da Defensoria Pública. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 350/11. Interessado: Coordenadora Auxiliar do Núcleo de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (maio de 2011 a novembro de 2011). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 357/11. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 198/10 (Disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Denise Nakano Veronezi. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 003/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (primeiro e segundo semestre de 2011). Relator: Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 005/12. Interessado: José Moacyr Doretto Nascimento. Assunto: Proposta de Deliberação que torna facultativa a contribuição, para membros e servidores da Defensoria Pública do Estado, ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 006/12. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 38/07, que estabelece normas gerais para os Regimentos Internos dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Antonio Maffezoli Leite. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 008/12. Interessado: Presidente da Comissão de Prerrogativas. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão de Prerrogativas (1º semestre de 2011). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 009/12. Interessado: Jose Moacyr Doretto Nascimento. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentar a indicação da Diretoria da Escola da Defensoria Pública. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de 2012.


Davi Eduardo Depiné Filho
Presidente

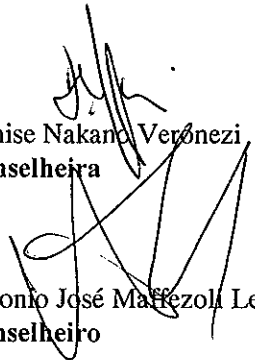

Fabiana Botelho Zapata
Conselheira


Márcia Regina Garutti
Conselheira



Juliana Garcia Belloque
Conselheira

PA

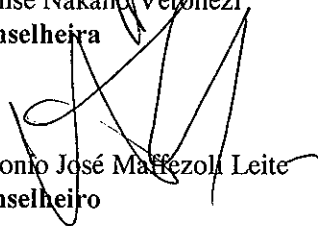




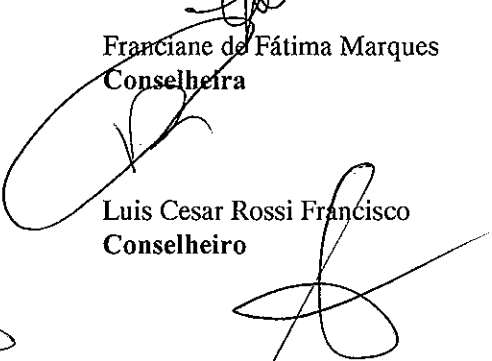
Denise Nakano Verónezi
Conselheira



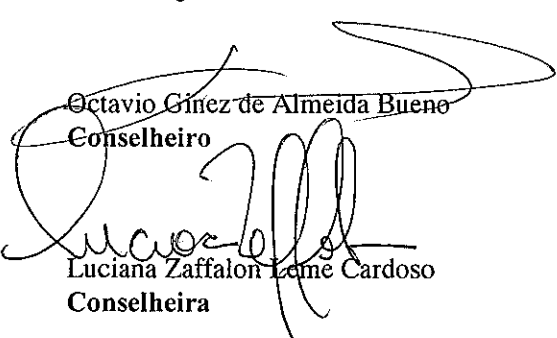
Franciane de Fátima Marques
Conselheira



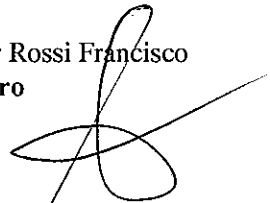
Antonio José Maffezoli Leite
Conselheiro



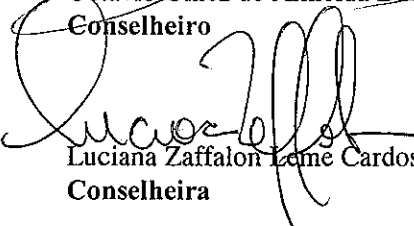
Luis Cesar Rossi Francisco
Conselheiro



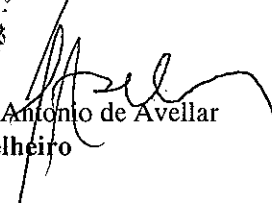
Octavio Ginez de Almeida Bueno
Conselheiro



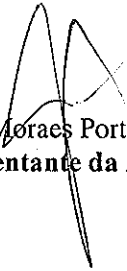
José Moacyr Doretto Nascimento
Conselheiro



Luciana Zaffalon Leme Cardoso
Conselheira



Pedro Antonio de Avellar
Conselheiro



Rafael Moraes Português
Representante da Apadep